



Senado proíbe operadoras de limitar dados na internet fixa

Marcos Oliveira/Agência Senado



Senadores votam, em urgência, proposta que veta que operadoras cobrem pelo consumo de dados na internet fixa

Projeto aprovado ontem veta que empresas criem franquias de dados na banda larga. O texto, que não afeta internet móvel, segue para análise dos deputados

Os senadores aprovaram ontem projeto que altera o Marco Civil da Internet para impedir expressamente que as operadoras limitem a quantidade de dados que o consumidor poderá usar por mês.

A proposta foi votada em regime de urgência após acordo entre líderes. Agora segue para a Câmara.

Para os senadores, limitar o tráfego na rede seria prejudicial a consumidores, empresas e governo. O projeto não proíbe, porém, a franquia para a internet

móvel, usada em smartphones e tablets.

Hoje as empresas cobram a internet fixa pela velocidade contratada, e não pelo consumo de dados. Em 2016, porém, as telefônicas anunciaram que passariam a cobrar franquia de uso de dados na internet fixa. A notícia gerou polêmica e críticas de usuários, e a Anatel proibiu esse tipo de cobrança.

Pesquisa do DataSenado, ano passado, mostrou que 99% dos entrevistados eram contra a limitação de dados. **4**

Plenário aprova regra mais dura contra pirataria de remédios

Segue para sanção presidencial projeto que endurece combate à pirataria de remédios. O texto, aprovado ontem, acaba com prazo fixo de suspensão de empresas flagradas falsificando medicamentos. A comercialização do produto ou o funcionamento do estabelecimento poderão ser suspensos por prazo indeterminado. **5**

Vai a sanção texto que regula profissão de detetive

Senadores aprovaram ontem projeto que define regras para o exercício da profissão de detetive. Relator da matéria, Humberto Costa ressaltou que, muitas vezes, esses profissionais podem invadir as competências da polícia, por isso é necessária a regulamentação. Para se tornar um detetive, será preciso fazer curso de formação. **6**

Eunício defende regras de transição para reforma política

Em reunião ontem no Palácio do Planalto com o presidente Michel Temer, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, pregou

um modelo de transição para as eleições de 2018, com lista fechada em caso de financiamento de campanha. **2**

Jane de Araújo/Agência Senado



Eunício se encontra com o presidente Michel Temer, no Palácio do Planalto

Ceará vai receber recursos para garantir água **2**

Urgência de texto sobre direito a greve divide senadores **6**

MP do Cartão Reforma passa em comissão mista **7**

Vai para Plenário indicação para Conselho de Justiça **8**

Mais cinco comissões permanentes iniciam os trabalhos

As Comissões de Infraestrutura, de Desenvolvimento Regional e Turismo, de Agricultura e Reforma Agrária, de Assuntos Sociais

e de Ciência e Tecnologia começaram a funcionar ontem. Os colegas elegeram presidentes e vices para o biênio 2017-2018.

A Comissão Senado do Futuro, que seria instalada ontem, teve a reunião adiada.

Também aguardam instalação

a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e a de Transparência e Governança Pública. **3**



Braga vai presidir a Comissão de Infraestrutura; Fátima comandará a de Desenvolvimento Regional; Ivo Cassol, a de Agricultura; Marta, a de Assuntos Sociais; e Otto, a de Ciência e Tecnologia

Gerardo Magela, Pedro França e Marcos Oliveira/Agência Senado

Ceará terá R\$ 63,2 milhões para ampliar oferta de água

Anúncio foi feito ontem pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, que recebeu na Casa a visita do ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, e do governador do estado, Camilo Santana

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, anunciou ontem que o governo federal assegurou o repasse de R\$ 63,2 milhões para obras de infraestrutura que ampliarão a oferta de água no Ceará. Serão destinados R\$ 34,5 milhões para prevenção dos recursos hídricos, R\$ 18 milhões para as obras do primeiro trecho do Cinturão das Águas do estado e R\$ 10,7 milhões para a implantação de adutoras de engate rápido.

O anúncio foi feito após reunião com o ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho. O governador do Ceará, Camilo Santana, também participou do encontro na Presidência do Senado.

As obras de prevenção incluem o aproveitamento do Sistema Hídrico do Cauípe,



Eunício (C) recebe o governador Camilo Santana e o ministro Helder Barbalho

do Aquífero Dunas Taíba e do Sistema Adutor do Açude Maranguapinho.

Os investimentos permitem a implantação de adutoras para restabelecer a capacidade de bombeamento de estações elevatórias dos reservatórios de Castanhão, Banabuiú e Itaiçaba.

Eunício lembrou que em dezembro o Ministério da Integração havia liberado R\$ 100 milhões para interligar o Cinturão das Águas do Ceará ao Projeto de Integração do Rio São Francisco, por meio das barragens de Jati e Porcos, localizadas entre Brejo Santo e Jati, no eixo norte do estado.

Eunício: reforma política precisa fase de transição

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, defendeu ontem a adoção de um modelo de transição para a reforma política. O assunto foi discutido em reunião com o presidente da República, Michel Temer, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes, e o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ) sobre um novo modelo político-eleitoral para o país.

Eunício disse que é preciso encontrar um caminho para esse novo modelo, pois, em sua opinião, o antigo está “ultrapassado”. Ele afirmou ser favorável à lista fechada em caso de financiamento

público de campanha.

— Não consigo entender como nós vamos fazer financiamento público de campanha sem lista fechada. Com o modelo que está aí de lista aberta, de proporcionalidade partidária e sem nenhum tipo de controle, não vejo como fazermos financiamento público — advertiu, acrescentando ser preciso adotar um modelo de transição para 2018, a ser aprovado até setembro.

Questionado se as investigações no Supremo Tribunal Federal (STF) poderiam interferir no trabalho do Congresso Nacional, Eunício disse que os trabalhos na Casa não serão prejudicados e que o Congresso tem o compromisso de

aprovar as reformas propostas pelo presidente Temer

— A economia começa a dar sinalização. Esta Casa vai saber separar: a Justiça vai cuidar da Justiça e esta Casa vai cuidar daquilo que precisamos fazer, que são as reformas, revogar leis arcaicas, aprovar leis novas se forem necessárias para destravar o crescimento do Brasil — afirmou.

Sobre as notícias do seu nome estar na lista dos parlamentares citados na delação premiada da Odebrecht como tendo recebido recursos não contabilizados para campanha eleitoral, afirmou que confia na Justiça e que processo de investigação não é sentença.

Comissão discutirá limites de floresta do Pará

A comissão mista da MP 756/2016, que alterou os limites do Parque Nacional do Rio Novo e da Floresta Nacional do Jamanxim, no Pará, e cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim, definiu ontem o plano de trabalho, que prevê audiências públicas a partir

do dia 21. Serão convidados 23 debatedores, incluindo o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho e o presidente do Instituto Chico Mendes, Ricardo Soavinski.

Para o presidente da comissão, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), será difícil al-

cançar o entendimento entre todas as partes interessadas. O assunto tem sido discutido, segundo ele, há mais de 11 anos sem se chegar a um acordo. A comissão mista quer ouvir todas as partes interessadas na MP. O relator da matéria, deputado José Prianti (PMDB-PA), prometeu que o parecer será votado no dia 11 de abril.

Flexa informou que, pelas dificuldades em conciliar as sugestões e interesses dos envolvidos, será impossível concluir os trabalhos dentro do prazo (30 de março) e que a MP será prorrogada por mais 60 dias. Mesmo assim, os trabalhos podem ser prejudicados pela Semana Santa.



Priante, relator da MP, e Flexa, presidente da comissão, discutem cronograma

Campanha da Fraternidade terá sessão de homenagem

O Senado promoverá sessão especial no dia 6 de abril para celebrar o lançamento da Campanha da Fraternidade de 2017, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O tema deste ano é “Fraternidade: biomas brasileiros e

defesa da vida”. O requerimento, iniciativa de Regina Sousa (PT-PI), foi aprovado em Plenário na terça-feira. Na justificativa, ela diz que o objetivo é sensibilizar a Casa para “leis respeitadas com a vida e a cultura” dos habitantes desses biomas.

Lasier Martins critica Gilmar Mendes por encontros frequentes com políticos

Lasier Martins (PSD-RS) criticou ontem, em Plenário, a presença do presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Gilmar Mendes, em encontro com o presidente Temer e os presidentes do Senado e da Câmara, no dia seguinte ao pedido do



Waldecir Barros/Agência Senado

procurador-geral da República de abertura de inquéritos contra políticos delatados por ex-executivos da Odebrecht. Disse que a participação de Mendes em reuniões com políticos não é adequada para um possível julgador da chapa Dilma-Temer no TSE.

Randolfe pede união para enfrentar a pior crise da história do Amapá

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) afirmou que o Amapá passa pela pior crise econômica de sua história. O desemprego no estado está em 16,8%, acima da média nacional, 3.687 postos de trabalho formais foram extintos em 2016 e cerca de 800 empre-



Monieira Maniz/Agência Senado

endimentos fechados nos últimos dois anos, Pede, em pronunciamento na terça-feira, a união de todas as autoridades políticas, empresariais e sociais do estado para que se encontrem saídas para a “situação gravíssima”, pois é o mais atingido pela crise geral.

Benedito relata sucesso de cooperativa de pequenos produtores alagoanos

Benedito de Lira (PP-AL) relatou em Plenário, na terça-feira, a experiência bem-sucedida da Cooperativa Pindorama em Alagoas, que reúne mais de mil produtores em 30 mil hectares na região sul do estado, onde produzem cana-de-açúcar, álcool, frutas



Monieira Maniz/Agência Senado

in natura e industrializadas em suco. Disse que a iniciativa deveria ser reproduzida em outras partes do país, porque gera renda ao produtor e é grande empregadora, com pelo menos 700 colaboradores fixos na entressafra e mais de 2 mil na moagem da cana.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



MP 752/2016 Parcerias

9h Audiência interativa discute prorrogação e relicitação de contratos no Programa de Parcerias de Investimentos.

MP 757/2016 Suframa

9h Comissão define plano de trabalho para analisar a MP, que institui duas taxas em favor da Suframa.

CRE Resíduos tóxicos

9h O PLC 49/2015, que obriga a análise de resíduos tóxicos em produtos agropecuários importados, está na pauta.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

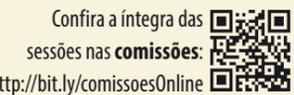
14h A PEC 111/2015, que veda edição de MPs que gerem desequilíbrio econômico em contratos, é o 1º item da pauta.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



Mais cinco comissões começam a funcionar

Cinco comissões permanentes do Senado foram instaladas ontem e elegeram seus presidentes e vices para o biênio 2017-2018.

A Comissão de Infraestrutura será presidida por Eduardo

Braga. A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo terá como presidente Fátima Bezerra. Na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, o escolhido é Ivo Cassol. Marta Suplicy vai presidir a

Comissão de Assuntos Sociais. E Otto Alencar comandará a Comissão de Ciência e Tecnologia.

A reunião para instalação da Comissão Senado do Futuro, prevista para ontem, foi adia-

da. Nova data será definida.

Outras duas comissões permanentes do Senado aguardam instalação: a de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e a de Transparência e Governança Pública.



Eduardo Braga afirma que atuará com objetividade à frente da CI

Braga quer debater problemas de infraestrutura do país

A Comissão de Infraestrutura (CI) fará um ciclo de debates sobre os principais problemas de infraestrutura no país, reunindo autoridades e especialistas dos setores público e privado. A proposta foi apresentada pelo novo presidente do colegiado, Eduardo Braga (PMDB-AM), eleito ontem.

A ideia recebeu apoio dos de-

mais integrantes da comissão. Raimundo Lira (PMDB-PB), por exemplo, lamentou a execução lenta e a baixa qualidade das obras, problemas que considera característicos do setor de infraestrutura no país.

— Fazemos rodovias e, em 90 dias, o asfalto está arrancando. Ou seja, fazemos a mesma obra muitas vezes. Temos que

encontrar instrumentos para tratar da qualidade de serviços.

Roberto Muniz (PP-BA) mostrou preocupação com o setor de saneamento, que, segundo ele, está em uma situação tão ruim que gera um apartheid social.

Braga destacou que a CI é uma das comissões mais importantes do Senado. Ele

lembrou que, no biênio passado, o colegiado foi um dos mais atuantes, com 86 reuniões e 33 audiências públicas, além da aprovação de 28 indicações para órgãos reguladores.

Acir Gurgacz (PDT-RO) foi eleito vice-presidente da comissão.

As reuniões ordinárias da CI serão às terças-feiras, às 9h.

Fátima elenca desafios para desenvolvimento regional

Eleita ontem para presidir a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Fátima Bezerra (PT-RN) disse que pretende fazer uma gestão compartilhada para trabalhar o desenvolvimento nacional e o regional conjuntamente.

Para a senadora, será um desafio comandar a comissão na realidade atual do país, com

recessão econômica. Ela disse que espera contar com os demais integrantes para enfrentar essas questões.

— Certamente os grandes temas estão aí a nos desafiar: a questão da situação fiscal dos estados, a questão do petróleo, do gás, da energia. A própria situação pela qual passa a Petrobras e o reflexo que está

tendo para o país em matéria de desindustrialização. Outro tema muito importante é a questão da gestão dos recursos hídricos. O próprio tema do turismo também, da aviação, da infraestrutura aeroportuária.

Fátima agradeceu à bancada do PT por sua indicação para o cargo e disse que a decisão representa uma forma de va-

lorização do papel da mulher na política. O partido, lembrou a senadora, também escolheu Gleisi Hoffmann (PR) como líder no Senado e indicou Regina Sousa (PI) para presidir a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O vice-presidente da comissão será eleito na próxima reunião.



Fátima: comissão terá que enfrentar temas como a crise fiscal dos estados



Intenção de Cassol é garantir que projetos "não fiquem nas prateleiras"

Cassol destaca papel do agronegócio em tempos de crise

O agronegócio é uma das atividades que mantêm a economia do país em tempos de crise, disse o novo presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), Ivo Cassol (PP-RO). O senador foi eleito ontem por aclamação, após ser indicado pela liderança do PP. O vice-presidente é Valdir Raupp (PMDB-RO).

— O Brasil ainda está em um momento de crise, mas estável, graças ao agronegócio, graças ao homem do campo, que vai de sol a sol e acredita no que faz — afirmou Cassol.

O senador disse que sua intenção é cumprir os prazos de relatórios e garantir que projetos não fiquem nas prateleiras. Após a eleição, os integrantes

da CRA expuseram os assuntos que gostariam de discutir. Pedro Chaves (PSC-MS) citou problema de Mato Grosso do Sul no escoamento da produção. Dalírio Beber (PSDB-SC) disse que fará requerimento de audiência pública para discutir um decreto que retira do Ministério da Agricultura a discussão sobre a atividade

pesqueira — o que, para o senador, pode significar retrocesso.

Lasier Martins (PSD-RS) fez um apelo para que a comissão não seja dominada apenas por assuntos do Norte, já que vários integrantes são da região. Cassol garantiu que dará tratamento isonômico às regiões.

As reuniões da CRA serão às quartas-feiras, às 14h.

Colegiado será espaço de discussão de reformas, diz Marta

A nova presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Marta Suplicy (PMDB-SP), pretende engajar o colegiado nos debates das reformas previdenciária e trabalhista. Mesmo sem previsão de votação das duas propostas na CAS, a senadora entende que a comissão pode funcionar como espaço de discussão qualificada sobre

cada um dos temas, a seu ver, de relevante interesse social.

— É importante que no Senado da República a gente tenha um espaço para debater, sem querer ganhar naquele minuto, mas para entender melhor do que se trata e ouvir o argumento do outro — justificou, dizendo que há consenso de que a reforma previdenciária

deve ser o menos onerosa possível para os segurados e o mais perto do modelo que permita ao sistema sair da crise.

Marta ressaltou que a CAS desempenha papel importante no debate e aprimoramento de políticas e programas públicos de saúde. Ela disse que esse tema continuará tendo ampla atenção, em contexto mais

difícil, devido à regra constitucional que impõe a inflação como limite para o avanço das despesas públicas, derivada da PEC do Teto de Gastos.

O vice-presidente da comissão, Ronaldo Caiado (DEM-GO), observou que o cargo tem tudo a ver com a trajetória dele como médico com longo tempo de exercício profissional.



Marta promete atenção a políticas de saúde, afetadas pelo teto de gastos



Comissão buscará parcerias com governos estaduais e federal, diz Otto

Otto: acesso de escolas à banda larga será prioridade

Garantir que todas as escolas e universidades públicas tenham acesso à internet banda larga é uma das prioridades da Comissão de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) definida pelo novo presidente do colegiado, Otto Alencar (PSD-BA).

Segundo o senador, a CCT também buscará parcerias com

os governos federal e estaduais para viabilizar a construção de centros de tecnologia nos estados nos moldes do Senai Cimatec de Salvador (BA).

— É um momento importante na discussão sobre tecnologia, pois ainda temos deficiências muito grandes em vários setores, como na telefonia móvel, na internet,

na banda larga. No meu estado, quase nenhuma escola pública dispõe de banda larga — afirmou.

Vários senadores também disseram que o investimento em inovação e a expansão do acesso à banda larga estão entre os principais desafios do país.

— Temos discutido muito

ao longo das reuniões da CCT sobre a necessidade de dar acesso à banda larga a todos os brasileiros e, em especial, àqueles que estão nas regiões mais afastadas e menos desenvolvidas — acrescentou Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Waldemir Moka (PMDB-MS) foi eleito vice-presidente da comissão.

Senado proíbe teto para dados em internet fixa

Projeto que vai para análise da Câmara veta as operadoras de estabelecer limite para uso da rede em planos de banda larga fixa. A proibição não vale para a internet móvel

O PLENÁRIO APROVOU ontem o projeto que proíbe as operadoras de internet de estabelecer franquias de dados em contratos de banda larga fixa. Do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), o projeto altera o Marco Civil da Internet para impedir que as empresas limitem a quantidade de dados que os usuários podem usar por mês.

Por acordo entre os líderes, o PLS 174/2016 tramitou em regime de urgência. O texto segue agora para análise da Câmara dos Deputados. A proposta não altera as regras dos planos de internet móvel.

Na justificativa do projeto, Ferraço destaca que diversos aspectos do exercício da cidadania dependem da internet, como ensino à distância, declaração do Imposto de Renda e pagamento de obrigações tributárias. Assim, para ele, não seria razoável limitar o tráfego de dados na rede. Segundo o senador, "limitar o uso da internet seria uma péssima novidade no Brasil, sendo somente repetida em países liderados por governos autoritários, que cerceiam o acesso à informação por parte de seus cidadãos".

O relator, senador Pedro Chaves (PSC-MS), apresentou em Plenário parecer favorável ao projeto, que tramitou nas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Ciência e Tecnologia (CCT). Ele



Ricardo Ferraço (E), autor do projeto aprovado ontem, conversa com Renan Calheiros e Omar Aziz

pediu o arquivamento de outros dois projetos que tramitavam em conjunto com o PLS 174: o PLS 176/2016 e o PLS 249/2016, por tratarem do mesmo assunto. Já o PLC 28/2011, que também tramitava em conjunto com o projeto aprovado, foi enviado para nova análise da CCT.

Chaves diz, no relatório, que a internet tem papel fundamental na inclusão social, no exercício da cidadania e como indutora de inovação e avanço tecnológico. Para ele, é inadmissível

que haja esse tipo de limitação na internet fixa, o que poderia prejudicar consumidores, empresas e ações governamentais.

Já Ferraço afirmou que a internet é uma ferramenta da cidadania e que a grande maioria dos países adota o modelo de internet fixa sem limite de dados. Os senadores Lasier Martins (PSD-RS), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Humberto Costa (PT-PE) também discursaram favoravelmente à aprovação da proposta.

Vanessa disse que a internet é sinônimo de acesso à informação e, cada vez mais, se configura como um bem de primeira necessidade para a população. Humberto afirmou que a futura lei garantirá a continuidade do acesso sem cobranças abusivas ou diminuição da velocidade de conexão.

Apoio popular

Pesquisa feita pelo DataSenado, entre maio e junho do ano passado, revelou que 99% de um total de 608.470 internautas entrevistados são contrários à limitação de dados na internet de banda larga fixa.

Por meio do Portal e-Cidadania, quase 35 mil internautas opinaram sobre o projeto que impede a limitação de dados. Praticamente a totalidade se manifestou a favor, já que apenas 308 votaram contra. Esse número representa menos de 1% do total de votos.

O tema também mobilizou o Senado em debates. No início de maio, uma audiência conjunta da CCT e das Comissões de Infraestrutura (CI) e de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) trouxe representantes de empresas, de consumidores, da Anatel e da OAB para discutir o problema.

O presidente da OAB, Claudio Lammachia, também participou de uma reunião do Conselho de Comunicação em que o assunto foi debatido.

Projeto prevê doação de armas apreendidas às Forças Armadas

Em sua primeira reunião deliberativa em 2017, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) pode aprovar hoje o relatório de Armando Monteiro (PTB-PE) favorável a projeto que modifica o Estatuto do Desarmamento.

O PLS 285/2016, de Wilder Moraes (PP-GO), determina que as armas apreendidas, quando não mais interessarem à persecução penal, deverão ser doadas para as Forças Armadas e órgãos de segurança pública tanto da União quanto dos Estados.

Na justificativa, Wilder critica a regulamentação dada ao Estatuto do Desarmamento, que estabeleceu a destruição das armas apreendidas, proibindo a doação para qualquer corporação, exceto se a arma for de

valor histórico, quando deverá ser doada a um museu.

O relatório de Armando determina que as armas de fogo apreendidas, após a elaboração de laudo pericial, deverão ser encaminhadas ao Exército em até 48 horas. A partir daí elas deverão ser doadas a órgãos de segurança da União e dos Estados. A emenda determina uma reserva de 50% das armas para as polícias civis e militares do Estado onde o armamento for apreendido.

A comissão também pode votar o substitutivo de Ronaldo Caiado (DEM-GO) a projeto que altera o controle sanitário de produtos agropecuários importados nas formas in natura ou semiprocessada (PLC 49/2015).

O texto deixa claro que esses produ-

tos só poderão ser comercializados, estocados, processados, industrializados ou transitar pelo território nacional se houverem sido submetidos à análise de resíduos de princípios ativos de agrotóxicos, micotoxinas ou outras substâncias tóxicas e se houverem sido submetidos à inspeção sanitária relativa a produtos de origem vegetal ou animal e cujo laudo ateste a inexistência de infecções ou infestações.

O substitutivo prevê, em caso de descumprimento das normas, multa de até R\$ 10 milhões, que poderá ser aplicada em dobro em caso de reincidência.

A proposta também estabelece a destruição de produtos com resíduos acima do limite permitido ou nos quais tenha havido a aplicação de agrotóxicos

de uso não autorizado. A autoridade fiscalizadora deverá fazer a divulgação das sanções impostas aos infratores, que também arcarão com os custos referentes à aplicação da lei.

Pelo substitutivo, deverá ser regulamentado o limite máximo considerado seguro para a saúde humana e animal de resíduos químicos que poderão ser tolerados em produtos agropecuários, sendo zero a tolerância para dioxinas e princípios ativos de agrotóxicos não registrados no Brasil.

A CRE também pode analisar hoje requerimento de seu presidente, Fernando Collor (PTC-AL), para realizar um ciclo de debates com o tema "O Brasil e a ordem internacional: estender pontes ou erguer barreiras?"

Kátia Abreu cobra repasse de verbas a hospital do Tocantins

A senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) fez apelo ao ministro da Saúde, Ricardo Barros, para que repasse logo a verba para a construção do Hospital Geral de Gurupi, no Tocantins.

Dos R\$ 41 milhões já disponíveis, disse, apenas R\$ 9,5 milhões foram repassados para a construtora. O recurso aplicado é suficiente, informou, para cobrir aditivo contratual exigido pela construtora e permitir a retomada da obra. Mas, para isso, é preciso a aprovação do Ministério da Saúde, afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Romário aponta crise na saúde e pede mais investimentos públicos

Um dos efeitos da crise econômica é a migração de pessoas que tinham plano de saúde para o Sistema Único de Saúde (SUS), disse Romário (PSB-RJ), que cobrou mais investimentos públicos no setor.

A área recebe menos que o equivalente a 4% do PIB, disse.

— Precisamos ampliar e melhorar o SUS, e não o contrário. Infelizmente em momentos de crise, muita gente só pensa em restringir direitos, em vez de trabalhar para universalizar o acesso.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ana Amélia defende caráter filantrópico de instituições de ensino

Ana Amélia (PP-RS) disse esperar que não prospere a ideia do relator da reforma da Previdência na Câmara, Arthur Maia (PPS-BA), de retirar o caráter filantrópico de instituições comunitárias de ensino.

Se isso acontecer, as instituições passarão a pagar a contribuição ao INSS, o que pode fazer com que elas deixem de beneficiar milhares de estudantes que não têm condições de acessar os ensinos básico e superior, disse a senadora. O prejuízo pode ser ainda maior, disse, porque muitas instituições têm curso de medicina e oferecem serviços de saúde aos alunos.

Eduardo Amorim critica número elevado de analfabetos em Sergipe

Eduardo Amorim (PSDB-SE) mostrou preocupação com o elevado número de pessoas que não sabem ler nem escrever em seu estado: 273 mil, sendo que 107 mil têm mais de 60 anos, segundo pesquisa. Ele criticou o fato de, em dez anos, o problema ter sido reduzido em apenas 4%.

Na terça, ele defendeu a construção do Canal de Xingó, entre Sergipe e Bahia. Para ele, a obra dá esperança para milhares de sergipanos que enfrentam a maior seca das últimas décadas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Combate à pirataria de remédios ganha força

Projeto que interdita por tempo indeterminado as empresas que forem apanhadas comercializando medicamentos falsos é aprovado em Plenário e vai a sanção presidencial

PROPOSTA QUE ENDURECE o combate à pirataria de remédios foi aprovada ontem em Plenário. O projeto, que vai para sanção presidencial, acaba com o limite de 90 dias para o período de interdição das empresas flagradas vendendo medicamentos falsificados.

O texto acaba com o período preestabelecido de suspensão e manda que a comercialização do produto ou o funcionamento do estabelecimento fiquem suspensos por prazo indeterminado.

Apresentado pelo senador Humberto Costa (PT-PE), o PLS 464/2011 havia sido aprovado pelo Senado e enviado à Câmara dos Deputados. A proposta retornou à análise dos senadores como a Emenda da Câmara (ECD) 2/2014, que inseriu os itens de higiene pessoal e perfumaria entre os artigos listados no texto.

— A emenda não compromete o objetivo maior do projeto, apenas estende a cosméticos e outros produtos a possibili-



Proposta aprovada pelo Plenário é a terceira de um conjunto de projetos que visam enfrentar falsificação com mais rigor

dade de interdição enquanto durarem as investigações sobre a denúncia de falsificação de insumo — afirmou o senador.

Atualmente, a Lei 6.437/1977 limita a três meses o prazo para interdição cautelar do produto ou estabelecimento acusado de fraude sanitária. Esse é o

período máximo admitido para realização de testes, provas, análises ou outras providências para apuração da suspeita de adulteração. Se esse trabalho não for concluído nesse prazo, a venda do produto ou a atuação do estabelecimento será automaticamente liberada.

Humberto Costa explicou que a proposta é a terceira de um conjunto apresentado na Casa com a intenção de criar um arcabouço legal para que o Brasil tenha uma legislação avançada no combate à pirataria de medicamentos. A primeira foi o PLS 162/2011,

que institui uma política nacional de combate à pirataria de produtos sujeitos a controle da vigilância sanitária e está na Câmara dos Deputados sob o número PL 4.136/2012.

A segunda foi o PLS 368/2011, que dá competência à Polícia Federal para apurar o crime de falsificação, corrupção e adulteração de medicamentos, assim como sua venda por meio da internet, quando tiver repercussão interestadual. Aprovado, o texto deu origem à Lei 12.894/2013.

Para a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a emenda da Câmara ao PLS 464 foi importante porque os cosméticos podem interferir na saúde dos cidadãos. Ela lembrou da época em que, como deputada federal, integrou uma CPI que investigou a falsificação de remédios.

— Encontramos pessoas que ficaram cegas por uso de medicamentos falsificados. Esse projeto é muito bom, pois visa proteger a população — disse.

Para Vanessa, intenção do governo é acabar com previdência pública

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) considerou um sucesso a greve geral convocada para ontem contra a reforma da Previdência. Para ela, a proposta visa acabar com a previdência pública no Brasil.

A senadora afirmou que a tentativa de retirar direitos de trabalhadores contrasta com a falta de leis que dificultem a evasão de tributos.

— O país que não cobra tributo sobre distribuição de lucros vai querer exigir 49 anos de contribuição para dar aposentadoria à trabalhadora e ao trabalhador? Esse não é o país do povo brasileiro — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

“Manifestações são lindas, grandes e fortes”, afirma Gleisi

Os protestos de professores, agricultores e servidores públicos contra a reforma da Previdência, ocorridos ontem em várias partes do Brasil, receberam o apoio de Gleisi Hoffmann (PT-PR).

Para a senadora, o governo está “desmontando a Constituição federal e o Estado mínimo de direito social”. Ela lembrou as manifestações do dia 8 de março, quando mulheres foram para as ruas também contra a reforma.

— Essas manifestações são lindas, são grandes, são fortes — disse a senadora, classificando a reforma como um ataque aos mais pobres.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Humberto pede que sociedade continue pressão contra reforma

Em discurso ontem no Plenário, o senador Humberto Costa (PT-PE) avaliou que as manifestações contra as reformas previdenciária e trabalhista são sinais de que as propostas não serão aprovadas no Congresso Nacional.

O senador afirmou que os próprios aliados do governo estão demonstrando resistência às propostas e defendeu que a população continue pressionando a Câmara dos Deputados e o Senado para evitar que as medidas prosperem.

— É importante que cada brasileiro pegue seu deputado federal, seu senador e diga a ele que não aceita nenhum direito a menos — disse.

Lídice prevê que povo nas ruas vai barrar proposta do governo

A reforma da Previdência não passará, segundo Lídice da Mata (PSB-BA). Ela considera a mudança cruel, especialmente para as mulheres. Por isso, prevê que o povo nas ruas impedirá que o Congresso aprove a proposta.

Lídice também saudou a suspensão, por ordem judicial, da campanha publicitária do governo pela reforma.

— Se o presidente Temer estivesse fazendo isso com o dinheiro do PMDB, do PSDB, do DEM ou de outros partidos que o apoiam, poderia ter sentido ou legitimidade, mas não com recursos públicos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Valadares defende proteção diferenciada para agricultores

Os efeitos da reforma da Previdência, especialmente sobre os direitos dos pequenos agricultores, pescadores e produtores rurais, preocupam Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Para o senador, o projeto é injusto e “passa por cima de diferenças gritantes”, ao instituir contribuição do trabalhador rural sobre as mesmas bases do trabalhador urbano, ainda que com uma alíquota favorecida a ser definida em lei.

— Há uma necessidade de fazer mudanças na Previdência, mas do jeito que está o projeto não vai passar.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paim deve apresentar pedido de abertura de CPI até terça-feira

Paulo Paim (PT-RS) disse que a reação às reformas previdenciária e trabalhista propostas pelo governo Temer unificaram a sociedade nos protestos de ontem.

O senador informou já ter 45 assinaturas de apoio à abertura de uma CPI para investigar os números da Previdência Social. Ele disse que pretende apresentar o pedido para o funcionamento desta CPI até a terça-feira.

— Acho que chegaremos a 50 [assinaturas], dos mais variados partidos. Não é contra esse ou aquele governo. É investigar as contas da Previdência com a profundidade devida.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Lindbergh expressa surpresa positiva com tamanho dos protestos

O tamanho das manifestações de ontem contra as reformas previdenciária e trabalhista foi uma surpresa positiva para o senador Lindbergh Farias (PT-RJ).

— Fazia muito tempo que a gente não tinha força para organizar movimentos como esse, mas começo a sentir que também no Congresso as coisas começam a mudar — afirmou.

Para ele, o governo não vai ter força para aprovar os principais pontos da mudança na Previdência. O senador destacou decisão liminar de juíza federal que suspendeu publicidade do governo a favor da reforma.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Lúcia Vânia critica novas regras para Benefício de Prestação Continuada

A senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) criticou a proposta de novas regras para concessão do Benefício de Prestação Continuada dentro da reforma da Previdência. Ela disse que essa renda é indispensável para quase 4,5 milhões de pessoas, parcela mais vulnerável da população.

Segundo a senadora, a proposta eleva para 70 anos a idade mínima para a concessão do benefício, mudança que considerou “cruel e cega”. Ela também defendeu o vínculo entre a prestação continuada e o salário mínimo.

— Quem recebe o recurso, não há dúvida, é quem mais precisa.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Texto que delimita atuação de detetives vai a sanção

Projeto aprovado ontem pelo Senado regulamenta as atribuições da categoria e determina que os profissionais deverão ter nível médio e curso de profissionalização com 600 horas de duração

OS DETETIVES PARTICULARES deverão ter sua profissão regulamentada. O Senado aprovou ontem projeto que define as regras para o exercício da profissão, entre elas a conclusão de curso de profissionalização. O texto também define a área de atuação desses profissionais, para que seu trabalho não se confunda com o da polícia. O projeto (PLC 106/2014) depende apenas da sanção presidencial para virar lei.

O texto é do deputado licenciado e atual ministro do Trabalho Ronaldo Nogueira (PTB-RS). Para o relator do texto, senador Humberto Costa (PT-PE), esses profissionais precisam ter a área de atuação delimitada, já que essa atividade permite o acesso à privacidade dos indivíduos. O senador lembra que, muitas vezes, esses profissionais acabam até invadindo as atribuições da polícia, motivo pelo qual é necessária a regulamentação.

— Definir claramente o escopo, o objetivo dessa profissão e as condições em que ela deve ser exercida é perfeitamente



Os senadores Eunício, Muniz e Humberto, que relatou projeto sobre detetives

necessário e importante — defendeu Humberto.

Regras

Pelo texto, o detetive particular deverá ter nível médio e concluir curso de profissionalização em “atividade de coleta de dados e informações de interesse privado”, com carga de 600 horas. Conhecimentos de direitos humanos e de direito penal, processual penal, constitucional e civil devem integrar o currículo. Quem quiser exercer oficialmente a profissão também não poderá

ter condenação penal.

A atuação desses profissionais poderá se dar em investigações sobre infrações administrativas e quebras de contrato; conduta lesiva à saúde e integridade física; idoneidade de empregados e violação de obrigações trabalhistas; questões familiares, conjugais e de filiação; e desaparecimento e localização de pessoas ou animais. Caso haja qualquer indício de crime, a investigação deve parar e o caso deve ser comunicado à polícia.

Comissão debaterá sistema penitenciário

A comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 755/2016 — que permite a transferência direta de recursos financeiros do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) aos fundos dos estados e do Distrito Federal — aprovou plano de trabalho ontem.

De acordo com o relator, senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), serão feitas duas audiências públicas, marcadas para os dias 21 e 28 deste mês, para debater a proposta. O tema da primeira audiência pública será o Sistema Penitenciário Nacional. Na segunda audiência, será discutida a segurança pública no Brasil.

Ferraço informou também

que a apresentação do relatório sobre a medida provisória deverá ocorrer no dia 11 de abril, com votação prevista para o dia seguinte.

Entre os convidados para participar das audiências públicas, estão o secretário nacional de Segurança Pública, Celso Perioli, o ex-secretário de Segurança do Rio de Janeiro José Mariano Beltrame e os secretários estaduais de Segurança de São Paulo, Pernambuco e Espírito Santo.

Também foram convidados representantes do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e dos Ministérios da Justiça e

Segurança Pública e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Superlotação

A MP 755/2016 altera a Lei Complementar 79/1994, que criou o Funpen.

De acordo com a exposição de motivos do então ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, o último relatório do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), realizado pelo Ministério da Justiça, mostra que a população carcerária ultrapassou 622 mil detentos e há um déficit de mais de 249 mil vagas no sistema carcerário do país.

Urgência para regulamentação de greve gera divergência

A aprovação de pedido de urgência para votação de um projeto sobre o direito de greve no serviço público gerou discordância no Plenário ontem. Vários senadores pediram a recontagem de votos e, após muita discussão, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, decidiu retirar da pauta o requerimento de urgência, que foi transferido para a terça, na busca de entendimento do Colégio de Líderes.

O PLS 710/2011, do senador licenciado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), determina que a paralisação só poderá ser decretada após negativa do poder público de atender as reivindicações e de aprovação numa assembleia. O projeto, em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), obriga a manutenção de 50%, 60% ou 80% do efetivo, dependendo da relevância da prestação dos serviços.

Discussão

A oposição encaminhou votação contrária ao requerimento. Para Lindbergh Farias (PT-RJ) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP), trata-se de retaliação do governo à paralisação de categorias ontem contra a reforma da Previdência.

— Votar isso é como uma resposta do Senado às mobili-

zações dos trabalhadores, uma repressão aos movimentos grevistas — disse Lindbergh.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) reclamou da falta de consenso na reunião dos líderes sobre a urgência para o projeto. Cristovam Buarque (PPS-DF) e Paulo Paim (PT-RS) sugeriram mais discussão, inclusive com audiências públicas e votação na CCJ.

O líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), liberou a bancada, mas se posicionou contra a urgência por julgar “inoportuna” e “extemporânea” a votação em dia de paralisações contra o governo.

— Votar a urgência para essa matéria é um preço que nós não podemos pagar. Votar contra um direito aprovado na Constituição é, no mínimo, um equívoco político — disse. — O governo já criou muita dificuldade e precipitadamente já inviabilizou a reforma da Previdência. Se continuar dessa forma, vai inviabilizar outras. Não pode encaminhá-las equivocadamente.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), pediu o apensamento de uma proposta relatada por ele e discutida com sindicatos:

— A proposta tem avanços para a sociedade, o governo e centrais sindicais.

Rose pede importação facilitada de remédios para doenças graves

A senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) lamentou a situação de pacientes com doenças raras, que, disse, sofrem em dobro: com a gravidade da doença e muitas vezes com a dificuldade de tratamento.

Ela defendeu projeto que autoriza a importação imediata e a venda de medicamento sem registro para tratamento de doença grave e sem alternativa terapêutica satisfatória com produtos registrados (PLS 393/2016).



Marcia Maniz/Agência Senado

Cássio quer rever prazo de compra de medicamentos pelo SUS

O senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) fez apelo por acesso a remédios pelos pacientes

de doenças raras. Segundo ele, a redução no prazo de compra de remédios de seis meses para 45 dias, feita pelo Ministério da Saúde, prejudicou os pacientes, que passaram a enfrentar interrupções em tratamentos e falta de acesso aos remédios.

Ele anunciou a realização hoje de audiência sobre a questão no ministério.



Waldemir Barreto/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Coordenadora-geral: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Bulte
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

MP do Cartão Reforma segue para análise da Câmara dos Deputados

Programa financia aquisição de material de construção para reforma, ampliação ou conclusão de moradia para famílias de baixa renda

O RELATÓRIO DA medida provisória que cria o Cartão Reforma (MP 751/2016) foi aprovado ontem na comissão mista que analisa o tema. O texto da relatora, Ana Amélia (PP-RS), já havia sido lido na reunião da semana passada, mas devido a pedido de vista coletiva a votação foi adiada.

A MP criou o Programa Cartão Reforma, cuja finalidade é a concessão de subvenção econômica para aquisição de materiais de construção destinados a reforma, ampliação ou conclusão de moradias.

Pela MP, a oferta de subsídio pode chegar a quase R\$ 6 mil para a aquisição de materiais de construção para famílias com renda mensal de até R\$ 1,8 mil. O programa prevê gasto acima de R\$ 1 bilhão para atender quase 100 mil famílias.

Na mensagem enviada ao Congresso, o Executivo explica que o programa pretende ampliar o catálogo de ações que garantam aos cidadãos condições de vida minimamente dignas. Segundo Ana Amélia, a medida pode ajudar a reduzir o déficit habitacional, melhorando a qualidade de vida das pessoas, com reflexos positivos na saúde e na educação.

— A iniciativa vem enfrentar o déficit habitacional qualitativo. Esse tipo de programa precisa ser continuado, pois



O deputado Quintão na comissão, ao lado da relatora, senadora Ana Amélia, e do presidente, deputado Balestra

tem viés social, e também ajuda na economia, na construção civil — afirmou a relatora.

Como a MP foi alterada na comissão mista, a matéria segue para o Plenário da Câmara dos Deputados em forma de projeto de lei de conversão (PLV). Depois de aprovado na Câmara, o texto será remetido para o Senado.

Como o prazo inicial da MP já havia se esgotado, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, que também dirige o Congresso, prorrogou em 14 de fevereiro a validade do texto por 60 dias.

Emendas

Ana Amélia informou que foram apresentadas 42 emendas, das quais 16 foram acatadas de forma total ou parcial. Uma das emendas acatadas aumentou o valor da renda da família potencialmente beneficiada de R\$ 1,8 mil para R\$ 2,8 mil, valor correspon-

dente a três salários mínimos. A senadora lembrou que 55,3% dos domicílios brasileiros se encaixam nessa faixa de renda.

Também ficou estabelecido o prazo máximo de 12 meses para o uso do recurso liberado. A subvenção poderá ser concedida mais de uma vez, desde que não ultrapasse o valor máximo estipulado. O cartão também poderá ser empregado na aquisição de materiais de construção para adaptar imóveis em que residam pessoas com deficiência.

Outra emenda estabelece que pelo menos 10% dos recursos do programa serão aplicados em casas localizadas na área rural. A senadora aceitou a sugestão que estabelece que estados, municípios e instituições privadas poderão complementar o programa.

Quem vai gerenciar o programa é o Ministério das Cidades. Os bancos oficiais poderão atuar como agentes financeiros

do cartão. O objetivo é atender estados que têm bancos próprios. Mulheres, deficientes, idosos e famílias com menor renda terão prioridade de atendimento.

O deputado Bohn Gass (PT-RS) agradeceu à relatora a atenção às emendas apresentadas pela oposição. Ele disse, no entanto, que o déficit qualitativo habitacional no país afeta 5,8 milhões de famílias e a MP deve atender cerca de 100 mil.

— Estamos votando uma MP que não atinge mais de 97% da necessidade do país, atende pouco mais de 2% — declarou.

Segundo Ana Amélia, foram feitos ajustes para deixar claras as possibilidades de cumulação do Cartão Reforma com outros programas habitacionais federais. Outras alterações deixaram mais precisa a definição das sanções aos participantes do programa, inclusive prevendo a responsabilização dos entes apoiadores.

Transposição do São Francisco vai beneficiar milhões, diz Armando

Armando Monteiro (PTB-PE) disse que a efetividade das obras de transposição do Rio São Francisco é fundamental para combater os efeitos das estiagens e garantir segurança hídrica para milhões de pessoas.

Ele ressaltou que as águas do São Francisco proporcionam vida mais digna a habitantes de mais de mil municípios do polígono da seca da Região Nordeste. Armando Monteiro destacou a atuação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva nesse empreendimento.



Armando Monteiro/Agência Senado

Caiado questiona privatização de empresa de energia

Ronald Caiado (DEM-GO) está preocupado com as consequências da privatização da Companhia Energética de Goiás (Celg), ocorrida no ano passado.

Segundo ele, a empresa foi vendida por R\$ 1,1 bilhão, mas o governo estadual teve que assumir dívidas de R\$ 2,4 bilhões com a Caixa e de R\$ 3,7 bilhões com o BNDES.

Caiado disse se preocupar que dinheiro da privatização esteja sendo utilizado para um projeto político do governador de Goiás, Marconi Perillo, do PSDB.



Ronald Caiado/Agência Senado

Subprocurador sugere mudanças na MP das Concessões

O subprocurador-geral da República José Elaeres Teixeira defendeu alterações no texto da Medida Provisória (MP) 752/2016, que prorrogou contratos de parceria no setor de transportes. O objetivo da medida, segundo o governo, é facilitar investimentos na infraestrutura do país.

Em audiência pública ontem na comissão mista encarregada de analisar a MP, Teixeira explicou que o texto instituiu dois mecanismos de renegociação aplicáveis aos contratos no setor de infraestrutura: a relicitação, uma nova espécie de extinção de concessão amigável, e a prorrogação antecipada. Esta última modalidade, segundo ele, conta com previsão legal, mas constitui exceção, devendo ser aplicada apenas em circunstâncias em que o interesse público recomenda.

O subprocurador avaliou

que os requisitos para a prorrogação dos contratos merecem correção, pois estabelecem exigências e metas que fragilizam os contratos pactuados. Disse ainda que a MP não prevê adequadamente as condições para o compartilhamento da malha ferroviária e para “problemas históricos” relacionados ao tráfego mútuo e ao direito de passagem. Ele apontou ainda a inadequação

de tetos tarifários e disse que a MP poderia estabelecer como requisito para a prorrogação a recuperação de trechos concedidos e abandonados.

Para Anderson Luz, do Ministério dos Transportes, o governo, ao editar a MP, buscou a alternativa mais adequada para trazer novos investimentos ao país.

— Houve consenso no governo de que seriam os

critérios que possibilitariam a participação das concessionárias. Quanto ao direito de passagem, o artigo 20 da MP possibilita a exclusividade do administrador da ferrovia. Em alguns casos, a ferrovia só se torna possível se for de administração exclusiva de quem realiza a obra — afirmou.

Representante da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF),

Fernando Paes disse que, nos últimos 20 anos, o setor privado investiu mais de R\$ 50 bilhões em ferrovias de carga e o índice de acidentes foi reduzido em 82%.

— Tivemos aumento de mais de 140% na produtividade das ferrovias, o que reaqueceu a indústria ferroviária, que se encontrava em via de falência há 20 anos — afirmou.

O senador Wilder Moraes (PP-GO) observou que Minas Gerais, Pará e Maranhão concentram as ferrovias mais movimentadas no transporte de grãos. Já o relator da MP, deputado Sérgio Souza (PMDB-PR), defendeu a redução dos custos e ressaltou que a logística deficiente contribui de forma decisiva para encarecer os produtos.

O relatório da MP, ao qual já foram apresentadas mais de 90 emendas, deve ser apresentado na comissão ainda neste mês.



O vice-presidente da comissão, deputado Domingos Sávio (C), e o relator, deputado Sérgio Souza (2º à dir.), entre debatedores

Plenário vota indicação para conselhos nacionais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem a indicação da procuradora Maria Tereza Uille Gomes para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a do advogado Gustavo do Vale Rocha para o Conselho

Nacional do Ministério Público (CNMP). Seus nomes agora serão submetidos ao Plenário em regime de urgência.

Ambos foram sabatinados no mesmo dia, mais cedo, pela CCJ. Maria Tereza foi questionada pelos senadores sobre

projeto que moderniza a Lei de Execuções Penais, o qual ela ajudou a elaborar. Rocha, que está sendo reconduzido ao cargo, respondeu a perguntas sobre teto salarial, abuso de autoridade e seu trabalho como advogado.

Houve aumento de sanções aplicadas a procuradores e promotores, diz conselheiro

Em 2016, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) aplicou 52 sanções por desvios praticados por procuradores e promotores, contra duas punições aplicadas em 2005, ano de criação do conselho. Esses números revelam sensibilidade do órgão às críticas da sociedade, na opinião de Gustavo Rocha, indicado pela Câmara dos Deputados, por recondução, ao CNMP. Rocha foi sabatinado ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e foi aprovado, em votação secreta, por 25 votos favoráveis e 2 contrários.

Ele explicou que as punições aplicadas vão de advertências até demissão e cassação de aposentadoria, visando coibir condutas como recebimento indevido de diárias, violação da Lei Maria da Penha e até tráfico de drogas.

— Pude perceber a evolução do conselho nessa questão, a composição atual não transige com relação a desvios de conduta dos seus membros.

Relator da indicação na CCJ, Valdir Raupp (PMDB-RO) questionou o indicado sobre medidas para acabar com salários acima do teto no MP. O parlamentar citou levantamento divulgado na imprensa, apontando remunerações médias em torno de R\$ 50 mil, quando o teto constitucional é de R\$ 33 mil. Os valores incluem adicionais aos salários, que podem ser auxílios para compra de livros e de equipamentos de informática, para transporte ou para moradia.

Rocha disse ser necessário regramento legal que deixe claro o que é remuneração e o que é verba indenizatória. Mesmo sem essa norma geral, ele informou que o conselho tem cancelado pagamentos considerados indevidos.

Lasier Martins (PSD-RS) quis saber a opinião de Rocha sobre projeto em tramitação no Congresso que criminaliza o abuso de autoridade (PLS 280/2016), o qual tem recebido críticas por dificultar a ação do Ministério Público.



Gustavo Rocha, que atualmente é subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência

— Qualquer tipo de abuso tem que ser coibido. O Ministério Público e a Magistratura são favoráveis, mas entendendo que a discussão tem de se dar livre de paixões — opinou Rocha.

Cargos acumulados

Gleisi Hoffmann (PT-PR) questionou o fato de ele ser subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República e conselheiro do CNMT.

Em resposta, Rocha disse ter consultado a Comissão de Ética Pública e o próprio Ministério Público quando tomou posse como subchefe, sendo orientado de que não haveria incompatibilidade na acumulação dos cargos, ou mesmo em sua atuação paralela na advocacia, que é permitida.

Rocha foi advogado da primeira-dama, Marcela Temer, numa ação sobre chantagem de um hacker sofrida por ela. Também representou o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, e explicou ter advogado em questões eleitorais para vários membros do PMDB, o que incluía o ex-deputado.

Atualização da Lei de Execução Penal é urgente, afirma indicada ao Conselho Nacional de Justiça

Durante a sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a procuradora Maria Tereza Uille Gomes, indicada ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pediu aos senadores urgência na aprovação de projeto que atualiza a Lei de Execução Penal (LEP). Após a sabatina, a indicada foi aprovada pela comissão por 26 votos favoráveis. A indicação ainda terá que passar pelo Plenário.

A proposta (PLS 513/2013) que moderniza a LEP (Lei 7.210/1984) resultou do trabalho de uma comissão especial de juristas que atuou no Senado em 2013, presidida pelo ministro Sidnei Agostinho Beneti, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e que teve Maria Teresa como relatora.

A procuradora ressaltou que a aprovação do projeto ajudará a desburocratizar procedimentos no sistema prisional e garantir os direitos fundamentais e a ressocialização dos condenados, entre outras medidas essenciais.

— A atualização da lei é uma resposta estrutural à crise prisional que temos no país, possibilitando ao Judiciário, ao Ministério Público, aos órgãos de Justiça e aos gestores prisionais dispor de medidas que dependem de ajustes legislativos — frisou.

A proposta, informou o presidente da CCJ, Edison Lobão (PMDB-MA), está na ordem do dia do Plenário e, por decisão dos líderes partidários e do presidente do Senado, pode ser votada na próxima sessão deliberativa, em regime de urgência.

Durante a sabatina, Aécio Neves (PSDB-MG), relator da indicação na CCJ, se disse preocupado com informação prestada pela indicada de que o país não dispõe de cadastro confiável no sistema prisional brasileiro.

— Podemos ter uma expressiva população de esquecidos no nosso imenso sistema prisional — alertou Aécio.



Aprovação de projeto pode ser resposta à crise prisional do país, disse Maria Tereza na sabatina

Maria Teresa apontou iniciativas adotadas para a implementação do cadastro, mas disse que ainda há muito a ser feito para que o país venha a saber, com exatidão, quem são as pessoas que estão encarceradas, em que data foram presas, onde estão presas e qual a data prevista para benefício prisional.

— Para tudo existe um ponto de partida e um ponto de chegada. Temos que organizar o ponto de partida, que é justamente o cadastro nacional de presos — afirmou ela.

Conciliação

Maria Tereza Uille Gomes disse existirem no Judiciário 73 milhões de processos aguardando julgamento. Já o índice de conciliação é baixo: 3% na Justiça Federal, 9% na Justiça estadual e 25% na Justiça do Trabalho, afirmou. Ela sugeriu mais espaço para que juízes proponham acordos e soluções consensuadas:

— Com esses números, penso que temos alguns caminhos a serem discutidos no Parlamento, para uma Justiça mais acessível, célere e eficaz.

Medeiros elogia Criança Feliz, do governo federal

José Medeiros (PSD-MT) destacou a importância do Programa Criança Feliz, do governo federal, que propõe medidas de estímulo ao desenvolvimento das crianças nos primeiros mil dias de vida.

Ele ressaltou que mais de uma em cada quatro mortes de crianças menores de 5 anos, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), é provocada por ambientes insalubres, que causam doenças como diarreia, malária e pneumonia.

O senador também cobrou do governo federal mais investimentos na produção agrícola de Mato Grosso.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ângela denuncia descaso do governo com refugiados

Roraima não sofre com o descaso do governo federal apenas no setor energético, disse Ângela Portela (PT-RR). Segundo ela, a omissão também ocorre com a falta de apoio no atendimento aos imigrantes venezuelanos que buscam melhores condições de vida em Roraima.

Dos R\$ 3,6 milhões oferecidos pelo Ministério da Saúde há 3 meses, nada chegou aos cofres do estado, denunciou a senadora. De acordo com o governo de Roraima, o número de venezuelanos no estado já chega a 30 mil. Muitos deles, lamentou Ângela, vivem da mendicância e até mesmo da prostituição.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Wilder critica uso de livro "satanista" em escolas de GO

Wilder Morais (PP-GO) criticou a adoção do livro *A Máquina de Brincar*, do escritor Paulo Bentancur, por escolas públicas de Goiás. Segundo ele, a obra literária infantil promove um "culto ao satanismo" ao apresentar a figura do diabo como um amigo. Wilder argumentou que o Brasil, como país laico, não deveria dedicar dinheiro público a materiais com esse conteúdo.

— Em vez de apreciar os clássicos da literatura, a criança é apresentada ao diabo como um personagem cortês e a Deus como algo questionável — afirmou o senador.



Marcia Moraes/Agência Senado

Agripino anuncia envio de milho da Conab ao Nordeste

José Agripino (DEM-RN) informou na terça-feira que o governo federal assinou decreto para permitir a transferência dos estoques de milho do Centro-Oeste para o Nordeste pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Ele explica que a ação é necessária porque, apesar de algumas chuvas, a ração para os animais ainda é restrita e os pequenos agricultores não podem comprar o milho pelo valor de mercado.

O senador também defendeu a continuidade das obras da transposição do Rio São Francisco, que pode levar água para várias regiões do Nordeste.



Marcia Moraes/Agência Senado